

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º, DE 2008.
(Do Sr. GIVALDO CARIMBÃO)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre as questões que coloca a respeito da campanha de vacinação contra a rubéola.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 115, inciso I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero de V. Exa. que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, o Sr. José Gomes Temporão:

1. Por que a campanha de erradicação da rubéola pretende vacinar até mesmo aqueles que já estão imunes como os que já tiveram a doença e os que já foram vacinados?
2. Por que, apesar de apenas 17 casos de malformações terem sido detectados em um país de 180 milhões de habitantes, o governo pretende realizar uma campanha de tal monta?
3. Uma vez que existe a suspeita de contaminação da vacina contra a rubéola por agentes esterilizantes em países como Argentina, Nigéria, Filipinas, que providência o Ministério da Saúde tomou para evitar que isso ocorra no Brasil?
4. Cientificamente já está provado que crianças pequenas são o principal condutor da doença. Países como EUA e Austrália programas de elevada eficácia fazem desse grupo o alvo de suas campanhas de vacinação. Por

- que o governo brasileiro está ignorando esse fato e fazendo das mulheres em idade reprodutiva o alvo de sua campanha?
5. É fato comprovado que quem já teve a doença ou já recebeu a vacina está imune à rubéola. Então por que vacinar esse grupo de indivíduos?
 6. As mesmas agências internacionais que estão por trás da atual vacinação no Brasil estão envolvidas na pesquisa de vacinas esterilizantes. É possível confiar nesses mesmos grupos que são dedicados ao aborto e ao controle populacional?
 7. Há agentes anti-fertilidade nas vacinas da campanha “Brasil Livre da Rubéola”?
 8. Existem garantias de que tais agentes realmente estejam ausentes nessas vacinas?

J U S T I F I C A Ç Ã O

Por causa de apenas 17 (dezesete) casos de malformações causadas por rubéola em bebês em gestação por ano, segundo dados do próprio Ministério da Saúde (1), de mais de 180 milhões de pessoas, o ministro da Saúde, José Temporão, quer a vacinação de 70 milhões de brasileiros até mesmo daqueles que já tiveram a doença ou que já foram vacinados e que estão sabidamente imunes à doença. Uma pergunta que se impõe fazer diante dessa situação é “Qual seria o real interesse por trás desse programa?”

(1) (Fonte: [Http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/nota_rubeola140708.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/nota_rubeola140708.pdf))

A campanha “Brasil Livre da Rubéola” conta com o apoio do UNICEF, agência da ONU que tem sido acusada de fazer parte de uma agenda mundial de controle de população. Não é novidade o envolvimento da ONU e do UNICEF em iniciativas para reduzir a população mundial por meio do aborto, o controle da natalidade e até mesmo medidas de introduzir agentes

esterilizantes em vacinas em massa, conforme se pode constatar lendo <http://www.lifesitenews.com/ldn/2002/oct/021030a.html>

Entretanto, embora quase 100% da população brasileira esteja livre de sofrer quaisquer danos da rubéola, 100% da população têm um sistema reprodutivo. Essa é uma grande preocupação para os militantes pró-aborto. Em campanhas de vacinação semelhante em outros países, que as realizaram em nome de uma suposta preocupação com uma doença sem risco significativo, testes indicaram agentes esterilizantes nas vacinas. Como no caso atual da campanha “Brasil Livre da Rubéola”, o alvo eram pessoas em idade reprodutiva. Como no caso do Brasil, o UNICEF estava por trás de todas as campanhas de vacinação que envolviam vacinas contaminadas com agentes esterilizantes.

O início de um programa compulsório de vacinação em massa no Brasil está levantando suspeitas entre ativistas pró-vida internacionais, que notam que o programa é semelhante a outros em anos recentes que incluíam um agente esterilizante oculto nas vacinas. A campanha, que começou na semana passada sob a liderança do Ministro da Saúde do Brasil, José Gomes Temporão, afirma que sua meta é aniquilar a rubéola.

Temporão, que tem gasto energia considerável para legalizar o aborto, afirma que está preocupado com o fato de que 17 crianças brasileiras anualmente sofrem defeitos congênitos da doença, numa nação de mais de 180 milhões de pessoas. A rubéola normalmente é pouco mais do que um incômodo para os que a contraem, com sintomas que desaparecem em questão de dias ou semanas.

Embora o número de crianças afetadas pela Síndrome Congênita da Rubéola (SCR) seja per capita menos do que o número de crianças atingidas na Inglaterra e na Austrália na década de 1990, Temporão está liderando um programa compulsório para vacinar 70 milhões de brasileiros, o que tornaria tal vacinação a maior da história.

Adolfo Castañeda, da Vida Humana Internacional, observa que apenas dois anos atrás pesquisadores constataram que a vacina da rubéola usada numa campanha semelhante na Argentina estava contaminada com o

hormônio Gonadotropina Coriônica Humana (HCG), um hormônio da gravidez que é necessário para que um zigoto que acabou de ser concebido se implante na parede uterina depois da concepção. Quando recebe o HCG numa vacina, o corpo o percebe como um intruso e cria anticorpos que lutam contra a presença do hormônio no corpo. A reação imunológica do corpo se volta contra a gravidez, provocando abortos quando ocorre a concepção. Fatos semelhantes ocorreram também na Nigéria e nas Filipinas.

"Em 2006, houve na Argentina uma campanha semelhante ao programa atual do Brasil", Castañeda escreveu num recente boletim de VHI. "Constatou-se a presença do HCG em várias amostras da vacina usada contra a rubéola. A suspeita que ocasionou a investigação foi iniciada pelo fato de que havia muito poucos casos da doença na Argentina. Esses casos não mereciam uma campanha de grande escala."

Os exemplos da Nigéria, Filipinas e Argentina mostram que vacinas contaminadas com agentes esterilizantes podem fazer parte de "inocentes" campanhas de vacinação em massa contra determinadas doenças como a rubéola. Essas vacinas são administradas sem que os vacinados tenham consciência do que lhes foi injetado. Esse fato ocorre principalmente em países do Terceiro Mundo onde a popularidade e a ampla aceitação de vacinas anti-doenças facilitam a introdução de agentes anti-fertilidade nas vacinas. Assim, campanhas de vacinação se tornam verdadeiras campanhas de controle populacional.

É curioso notar também que a faixa etária das mulheres alvos da campanha é a mesma ou semelhante a outros programas que, conforme foi comprovado, incluíam agentes esterilizantes nas vacinas. A idade das pessoas que serão vacinadas é de 20 a 39 anos para as mulheres. Em cinco unidades federadas, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte a faixa etária será de 12 a 39 anos de idade (idade reprodutiva). As idades para as mulheres são as mesmas idades para aquelas que receberam as vacinas na Nicarágua, onde incluíam um hormônio que esteriliza a mulher que o recebe, e semelhante à idade daquelas que receberam outro hormônio esterilizante nas Filipinas.

O governo australiano em sua revista, Communicable Diseases Intelligence, crianças pequenas são o principal condutor da doença. Portanto, programas de elevada eficácia nos EUA e Austrália fazem esse grupo de alvo. Contudo, o governo brasileiro está ignorando as crianças e está fazendo de alvo as mulheres em idade reprodutiva. Estranhamente, até mesmo aqueles que já receberam a vacina, ou que já tiveram rubéola (assim garantindo imunidade) serão forçados pelo governo a receber a vacina durante a campanha atual.

Se o objetivo da campanha é realmente eliminar a rubéola, então por que vacinar quem já foi vacinado? Por que obrigar a vacinação de quem já teve a doença? É fato mais que comprovado que a pessoa que já teve rubéola nunca mais a terá.

Ele também aponta que as mesmas agências internacionais que estão por trás da atual vacinação no Brasil estão envolvidas na pesquisa de vacinas esterilizantes há décadas, e avisa que não dá para se confiar nesses mesmos grupos, que são dedicados ao aborto e ao controle populacional.

Durante os anos, o UNICEF tem deixado claro que, por trás de sua suposta preocupação com as crianças, o interesse maior é o aborto e outros meios de redução da população. Para entender o que realmente quer o UNICEF, considere:

Em 1987, o UNICEF oficialmente apoiou “serviços de aborto de boa qualidade” na Conferência Internacional de Melhores Políticas de Saúde para as Mulheres e Crianças em Nairóbi, **Quênia**.

Em 1993, o UNICEF aumentou — de 2 para 5 milhões de dólares — sua contribuição para o UNFPA, órgão da ONU que vem apoiando a política da **China** comunista de **forçar esterilização e abortos** em mulheres com mais de um filho.

Em 1995, o Supremo Tribunal Federal das **Filipinas** deteve uma campanha de vacinação em massa contra o tétano. A campanha, apoiada pelo UNICEF, envolvia vacinas contaminadas com o B-hCG, um hormônio que esteriliza e causa abortos espontâneos em mulheres vacinadas.

Fonte: <http://www.lifesitenews.com/ldn/2002/oct/021030a.html>

Nas campanhas de vacinação em massa na Argentina, Nigéria, Filipinas e outros países, o Unicef mostrou que sabe aliar as piores intenções com as aparências mais angelicais". No Brasil, temos o compromisso de Temporão de que a campanha de vacinação em massa é apenas para proteger bebês e ajudar as famílias. Até que ponto podemos confiar nessa garantia do governo?

O propósito declarado dos agentes anti-fertilidade é induzir esterilidade temporária fazendo com que o sistema imunológico da mãe se volte contra a gravidez. Não se sabe exatamente quantos tipos de métodos esterilizantes foram desenvolvidos por grupos de controle populacional, mas anos atrás a OMS ajudou a produzir um agente que neutraliza o hormônio humano da gravidez hCG (gonadotropina coriônica humana), um hormônio que o óvulo fertilizado produz no corpo da mulher logo após a concepção. O agente, que geralmente é atrelado às vacinas contra doenças (como tétano, difteria, rubéola, etc.), faz com que o sistema imunológico confunda o hormônio natural da gravidez como se fosse um germe de infecção. Daí, o corpo da mulher não reconhece o sinal da natureza que é hora de se preparar para a gravidez. O resultado é que o óvulo fertilizado acaba sendo rejeitado pelo corpo da mulher, ocorrendo assim um micro-aborto bem no início da gravidez.

A função dos agentes esterilizantes em vacinas contra doenças é fazer com que o sistema imunológico humano reaja contra a reprodução ou o início de uma gravidez do jeito que reage a uma infecção: combatendo e rejeitando.

Há agentes anti-fertilidade nas vacinas da campanha "Brasil Livre da Rubéola"? É difícil responder, até porque quem criou esses agentes teve a clara má intenção de usá-los da forma mais indetectável e imperceptível possível. Mas o que não é segredo é o que está por trás das políticas de saúde e que coincide, pelas suas próprias declarações - com os sentimentos de Temporão e da UNICEF com relação à vida dos bebês em gestação.

Assim, o quadro que temos hoje no Brasil é extremamente preocupante, em face do teor das políticas públicas de saúde e do interesse das autoridades responsáveis, o que pode facilmente levá-las a promoverem inocentes campanhas abortistas com slogans bonitinhos, como pode ser o caso da "Brasil Livre da Rubéola" ou da "Campanha Nacional de Vacinação para Eliminação da Rubéola".

Sala das Sessões, em de setembro de 2008.

Deputado **GIVALDO CARIMBÃO**

PSB/AL